

5ª edição • 2023



Terra de
Direitos

Boletim Amazônia

Território de lutas e resistências

Edição especial: Emergência Climática







Apresentação

A Amazônia tem sido central no debate sobre as mudanças climáticas há algumas décadas. Nos últimos anos, a devastação da floresta e a violação de direitos de indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais da região avançaram, sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, um nítido negacionista das questões do clima. Agora, com o novo governo Lula, as medidas de combate à crise climática e à proteção do bioma Amazônia ganharam destaque.

Com a definição de Belém como sede da 30ª Conferência do Clima da ONU, em 2025, é preciso colocar em pauta algumas questões essenciais para o debate público, amplo e democrático sobre as mudanças do clima: quais são e como estão sendo desenvolvidas as políticas públicas sobre as mudanças do clima no âmbito do governo federal e estadual do Pará? Por que direitos territoriais devem ser prioridade nas ações contra a crise climática? Qual o papel do Estado na fiscalização e responsabilização de empresas que impactam socioambientalmente a Amazônia?

Nesta edição especial do Boletim Amazônia – desenvolvido por Terra de Direitos desde 2018 – trazemos essas e outras perspectivas de debate sobre a pauta do clima, dialogando também com lideranças e as ações produzidas pelos territórios.

Boa leitura!

Terra de Direitos



Cadê os diagnósticos climáticos do Pará?

Pedro Martins, coordenador do Programa Amazônia da Terra de Direitos

A Política Estadual de Mudança do Clima do Pará (PEMC/PA), instituída pela Lei nº 9.048/2020, prevê no artigo 21 a realização do diagnóstico climático para empreendimentos. Consiste na obrigação de cada empreendedor realizar um diagnóstico específico sobre os impactos da instalação e operação de seu empreendimento para o clima, especialmente no que se refere a emissões de gases do efeito estufa. Parece óbvio e necessário. Porém até o momento não há registro de que a obrigação tenha sido cumprida por algum empreendimento. A Secretaria de Estado

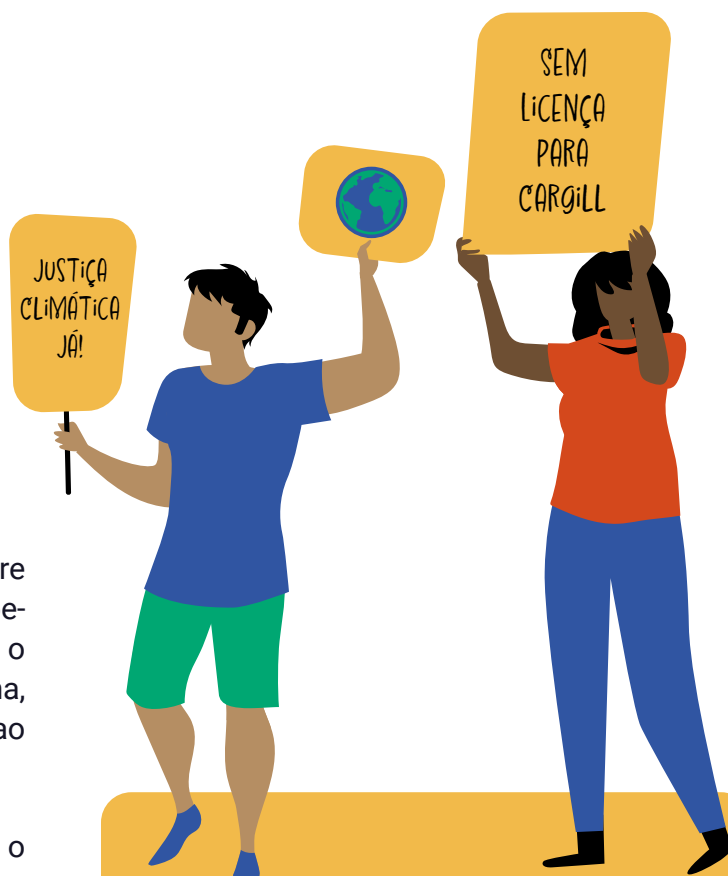
de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará é a responsável por exigir o diagnóstico. A omissão do órgão público na fiscalização do cumprimento da lei não exclui o dever das empresas.

A obrigação do diagnóstico climático vem sendo discutida há anos por outros estados – como Minas Gerais e Tocantins – e se apresenta como valiosa ferramenta. Afinal, os empreendimentos poluidores têm suas atividades fiscalizadas justamente no licenciamento ambiental, que é um conjunto de procedimentos adotado durante toda sua existência. Interpretações equivocadas têm

indicado que o licenciamento cumpre seu papel somente até o início das operações, o que não se sustenta, já que o meio, assim como a atividade humana, sofre constantes alterações e tende ao acúmulo dos impactos.

Um dos exemplos em que se exigiu o diagnóstico, mas a empresa se recusou a fazê-lo, foi o caso do Porto da Cargill em Santarém (PA). A empresa foi questionada por movimentos sociais e organizações da região, quando da renovação de licença de operação em 2022, sobre a elaboração do diagnóstico de impactos climáticos, e alegou nunca ter sido cobrada pelo governo estadual e que os relatórios ambientais apresentados até aquele momento satisfaziam a obrigação ambiental.

A Cargill e demais empresas portuárias devem ser obrigadas a apresentar o diagnóstico climático, pois são a ponta de cadeias de produção do agronegócio que movimentam as rotas de desmatamento em todo o Pará. Para que fique comprovado seu compromisso ambiental e climático, deveriam apresentar robustos relatórios para fiscalização pelo ente público. Sem o cumprimento do papel do Estado em fiscalizar a obrigação de apresentação do diagnóstico climático, o Pará estará refém da autofiscalização corporativa.



Entenda como a instalação e a atuação da Cargill na Amazônia paraense vai contra a imagem de “sustentável” que a empresa vende através de falsas propostas para combate da crise climática. Acesse o site Sem licença para destruição:





Desmatamento na Amazônia Legal:

a participação popular deve ser à altura da importância do assunto

Nova etapa do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal enfrenta grandes desafios.

Assessoria de comunicação da Terra de Direitos

Fundamental para o enfrentamento ao desmatamento na Amazônia Legal, a quinta e nova fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) tem como desafios os altos índices de desmatamento, órgãos ainda fragilizados pelo desmonte da gestão anterior e um mercado que avança com intensidade, especialmente sobre territórios tradicionais, como áreas indígenas e extrativistas, entre outras frentes.

Criado em 2004, o Plano foi fundamental para queda de 83% do desmatamento na região entre os anos de 2004 e 2012. Mas esta marca é de um passado distante. Os últimos anos foram marcados com taxa recorde de desmatamento - 13 mil km² em 2021.

Ainda que no primeiro semestre de 2023 tenha tido queda de 33,6% em relação ao mesmo período do ano passado (dados Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

a meta da nova fase do PPCDAM é audaz: zerar o desmatamento até 2023. O Plano prevê 12 objetivos estratégicos, 38 resultados esperados e 194 linhas de ação.

Para isso, o caminho escolhido pelo governo é retomar as ações e modelo de governança avaliadas como eficientes nas fases anteriores, como a gestão interministerial, remodelar as ações que não foram bem-sucedidas e aprimorar estratégias e instrumentos para os atuais desafios.

Participação popular

Para pôr em andamento a nova fase o Plano conta com uma [Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento](#). Vinculada à

Casa Civil, a Comissão é composta por 19 ministérios. Com isso há um esforço coletivo de um conjunto de áreas no enfrentamento ao desmatamento, e não só a ambiental. Neste espaço não há uma vaga para representação de povos tradicionais, movimentos ou organizações.

A participação popular no novo Plano é prevista em três frentes: consulta pública, os seminários técnico-científicos para debate sobre causas e formas de enfrentamento ao desmatamento e a elaboração de relatórios anuais de acompanhamento e monitoramento da implementação das ações. Uma reflexão presente é a avaliação se estes espaços são suficientes para escuta, debate e acolhida aos povos da Amazônia que sentem mais diretamente os impactos do desmatamento.



A política da “passar a boiada”, termo usado pelo ministro Ricardo Salles (PL) na gestão de Jair Bolsonaro (PL) de flexibilizar regras ambientais enquanto a atenção da sociedade estava voltada para o enfrentamento da pandemia, também teve impactos nas Unidades de Conservação.

Veja o estudo elaborado pela Terra de Direitos que demonstra como a estrutura de gestão das Unidades de Conservação na Amazônia foi fortemente abalada na gestão anterior:



Proteção territorial: uma ação contra a crise do clima



Entrevista por Lanna Paula Ramos, assessora de comunicação da Terra de Direitos

Atualmente a questão das mudanças climáticas que têm afetado o planeta está na pauta das discussões de líderes mundiais, governos, empresas, veículos de comunicação, redes sociais e até nas rodas de conversa na sociedade em geral. O novo governo brasileiro estabeleceu algumas medidas importantes de proteção ao meio ambiente e clima – como a criação da Secretaria Nacional de Mudança do Clima e a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Porém o governo precisa fazer mais e isso não quer dizer (somente) trazer maior investimento financeiro para a preservação da floresta. Pelo contrário, o que deveria estar de forma central na pauta da crise climática para o Brasil é o ordenamento

territorial e, principalmente, o reconhecimento de territórios tradicionais.

Historicamente os territórios indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais na Amazônia têm sido locais de preservação da biodiversidade e de modos de vida ecologicamente equilibrados, assim como têm funcionado como verdadeiras barreiras de resistência ao desenvolvimento exploratório e predatório de grandes empresas de negócios do agro, do hidro e da mineração. Nesse contexto, uma ação contra as alterações climáticas efetiva e adequada à nossa realidade precisar garantir a demarcação de territórios indígenas, titulação de quilombos e a reforma agrária para comunidades tradicionais, como reafirmam as lideranças entrevistadas por Terra de Direitos.

Foto: Acervo pessoal



"A importância de proteger e de garantir com que a gente fique dentro do território quilombola é dando a nós a condição de ter uma terra titulada. Uma vez que o governo olhe para nós como os protetores da floresta, a gente não deixa com que esses empreendimentos venham e nos afetem. Nesse momento que o país passa, não tem outra opção a não ser dar a nós, povos tradicionais e quilombolas, a titulação para que a gente possa ter um futuro melhor que esse. Porque se a gente continuar deste jeito, a gente não vai conseguir um futuro diante das mudanças climáticas. Os nossos quilombinhos [crianças] não vão mais conseguir nem plantar, pescar e nem viver mais dentro dos territórios."

Mirianne Coelho – quilombola do território Maria Valentina e secretária da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS)

Foto: Terra de Direitos



"A regularização fundiária para o território do PAE Lago Grande é de fundamental importância para que nós, povos e comunidades tradicionais desse território, a gente possa cuidar mais da nossa Amazônia, da nossa mãe natureza, com mais respeito. A nossa população ainda não tomou consciência de que a mudança climática que a gente está vivendo é por consequência do desmatamento, das grandes áreas de pasto e das derrubadas das matas para tirar a madeira, e que isso tem afetado muito as nascentes dos igarapés. Então a regularização fundiária vai servir pra gente ter esse território, de fato e de direito como comunidades e povos tradicionais. Também vai fazer com que a gente tenha mais consideração e respeito pelo próprio meio ambiente."

Rosenilce dos Santos – agricultora familiar e presidenta da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (Feagle)



“A demarcação é garantir a vida das populações. Primeiramente, onde existem populações indígenas e tradicionais é onde existe floresta em pé. Não adianta eu saber, morando no território, que o meu limite de floresta está sendo destruído. Enquanto não tiver a demarcação não está garantido, como se a gente fosse culpada pela destruição do meio ambiente. O que está destruindo o meio ambiente é o avanço do agronegócio, do petróleo, as ferrovias, as hidrovias, o desmatamento, o agrotóxico que vai para os rios, para as nascentes e igarapés, isso sim está matando. Quem está falando das mudanças climáticas? As grandes empresas, que são as mesmas que estão destruindo, contaminando o meio ambiente, desmatando, não somos nós. Estamos buscando apenas que respeitem nossos direitos, que nossos territórios sejam demarcados.”

Alessandra Korap Munduruku – liderança da terra indígena Praia do Índio (PA) e presidente da Associação Indígena Pariri



Governança ambiental e climática: as estratégias de Helder Barbalho e Lula



Pedro Martins, coordenador do Programa Amazônia da Terra de Direitos

Em novembro de 2022, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), apresentou a Carta de Intenções à Coalizão Leaf – uma iniciativa público-privada formada por países e organizações para financiamento de iniciativas de conservação ambiental, e também de comércio sobre redução de emissões. Empresas interessadas como a venenosa Bayer e a onipresente Amazon fazem parte da Coalizão Leaf. A Carta de Intenções foi apresentada durante a COP 27, realizada no Egito, e foi resultado de mudanças na estrutura de governança ambiental, agora também climática, do estado para obter novos recursos.

A inovação se deu a partir, principalmente, da Política Estadual de Mudança do Clima (PEMC/PA) instituída em 2020, em meio à pandemia de Covid-19, com a finalidade de colocar o Pará como beneficiário de recursos internacionais.

A proposta de financiamento da Coalizão Leaf, ainda não concretizada, traz alguns benefícios para o ordenamento territorial do Pará – estado conhecido pelos entraves fundiários e conflitos agrários –, mas também deixa alguns alertas sobre o financiamento de políticas públicas, para que não fiquem dependentes e reféns da iniciativa privada.

Na virada do ano para 2023 houve alteração profunda da agenda climática com a chegada de Lula (PT) à Presidência da República e expectativas sobre uma governança mais democrática foram renovadas. Mas as expectativas não duraram muito. Mesmo com espaços participativos e resgate da institucionalidade do diálogo com a sociedade civil, projetos como o PL nº 1.151 foram sancionados pelo presidente em um piscar de olhos. Esse PL, agora transformado na Lei nº 14.590/2023, concretizou o pacote de concessões da socio-biodiversidade ao permitir a comercialização de crédito de carbono por empresas vencedoras de concessões florestais. A exploração permite décadas de permanência de empresas nos territórios. A pressão sobre a regulação do Mercado Brasileiro de Emissões segue na mesma velocidade.

Brasil e Pará são dois agentes distintos para as negociações climáticas, como visto, mas ambos seguem líderes no discurso que mantém as exigências específicas para o Sul Global, que precisa de apoio internacional para cumprimento das metas climáticas. Helder persiste “vendendo” o Pará para receber financiamento internacional, ao mesmo passo em que mantém forte abertura à expansão desenfreada dos principais vetores de desmatamento: pecuária e monocultura de soja. E Lula vê nas iniciativas de crédito de carbono a solução do futuro. Para além do cenário de institucionalização de políticas ambientais e climáticas, o olhar deve estar nas alternativas populares apresentadas de forma autônoma pelos movimentos sociais.



Racismo ambiental? O caso da comunidade escolar intoxicada por agrotóxicos em Belterra e dos quilombolas cercados pelo dendê no Acará, no Pará



Lanna Paula Ramos, assessora de comunicação da Terra de Direitos

Vou te contar uma situação, acompanhe: você mora em um condomínio no centro de uma grande cidade. Lá é onde seus pais, avós e bisavós viveram e estão enterrados. Você criou sua família no local, que também é onde trabalha e se diverte com todas as outras famílias que ali residem, criando uma comunidade. Até que um dia uma grande empresa do agronegócio “sustentável” chega e diz que é dona das terras

onde fica o condomínio e, com aval da Justiça, expulsa todos sem negociação, indenização ou qualquer reparação. Para que vocês não retornem, a empresa cerca o condomínio e coloca seguranças armados nos portões.

A situação narrada é bem semelhante ao que acontece com comunidades negras quilombolas no Acará, nordeste paraense. Um caso grave de racismo ambiental, que

O cemitério Nossa Senhora da Batalha está localizado na área de reserva florestal pertencente a Agropalma.

Foto: Elielson Silva



difficilmente aconteceria com uma família autodeclarada branca, com boas condições financeiras, morando em um condomínio no centro de uma grande cidade.

O racismo ambiental é mais uma das formas com a qual o racismo se apresenta na sociedade e descreve como populações consideradas periféricas ou minorias étnicas e raciais – como indígenas, quilombolas, povos tradicionais e das florestas – são afetadas (e expostas) de modo mais intenso por impactos ambientais negativos, sejam eles vindos da falta de políticas públicas essenciais – como saúde e saneamento –, da instalação de

grandes empreendimentos ou dos efeitos da crise climática, como inundações e poluição do ar.

No Acará as famílias quilombolas foram expulsas de seus territórios pela chegada da empresa produtora de óleo de palma, Agropalma S.A., na década de 1980. Atualmente as comunidades vivem cercadas pelas plantações de dendê e têm o acesso ao antigo território tradicional limitado pela empresa. O acesso ao rio, à floresta, à terra e até ao cemitério onde estão enterrados seus familiares é controlado pela empresa, que promove uma série de violações de direitos humanos às comunidades.



Escola Vitalina Motta.

Foto: Lanna Ramos/Terra de Direitos



A área de plantação possui os limites ao lado e na parte de trás da Escola Vitalina Motta.

Foto: Lanna Ramos/Terra de Direitos

Outro caso aconteceu este ano em Belterra, município da Região Metropolitana de Santarém, em que a pulverização irregular de agrotóxicos em uma plantação de soja causou intoxicação de alunos e professores na Escola Municipal Professora Vitalina Motta. A plantação fica ao lado da escola, que precisou suspender as aulas por um período devido ao risco de novas pulverizações. O produtor foi multado pelo Ibama, mas o risco à comunidade escolar continua.

A alta possibilidade de casos com esses se repetirem em contextos de vulnerabilidade e territórios de povos e comunidades tradicionais precisa estar em pauta nas discussões sobre justiça ambiental.

Empresas que se vendem como “sustentáveis”, biocombustíveis plantados em território quilombola, energia “limpa” instalada em rios e áreas tradicionais, plantações de soja cada vez mais dentro das cidades,

ferrovia que desmata, entre outros exemplos, não podem ser entendidos como solução para a crise climática.

Antes de falar sobre soluções baseadas na financeirização da natureza, das florestas e dos recursos – maneiras de se ter licença para continuar a poluir – líde-

res mundiais e a sociedade civil precisam avançar na reparação de direitos territoriais, efetivação de políticas públicas essenciais para as periferias das cidades e financiamento de alternativas de segurança alimentar, como a agroecologia e a agricultura familiar.



Para conhecer mais sobre a luta dos quilombolas do Acará e de outras comunidades tradicionais que têm o direito ao território e à memória violado leia o especial **“O direito de velar os ancestrais: cemitérios e comunidades tradicionais”**, desenvolvido pela Terra de Direitos

O DIREITO DE VELAR OS ANCESTRAIS: CEMITÉRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



20
ANOS | Terra de
Direitos





Campanha Justiça Climática pelo Bem Viver

Thais Isabelle, integrante do coletivo Guardiões do Bem Viver e comunicadora do Tapajós de Fato

A campanha *Justiça Climática pelo Bem Viver* foi produzida pelo Tapajós de Fato, junto com a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (Feagle) e o coletivo Guardiões do Bem Viver, para debater temáticas relacionadas à justiça climática e alertar a população do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, em Santarém, sobre como as mudanças climáticas ameaçam o bem viver das comunidades e aldeias.

Através da produção e distribuição de cartilhas, abordou-se pedagogicamente essas questões nas escolas do PAE Lago Grande. A campanha teve um avanço positivo no território, considerando a realização da primeira ação no dia 1º de março de 2023, nas comunidades de Carariacá e Vila Brasil. Durante a ação foram desenvolvidas brincadeiras e atividades lúdicas, facilitando assim o entendimento das crianças sobre o assunto.

Abordar temáticas como essas nos territórios é necessário porque as comunidades precisam entender que as mudanças no clima estão afetando suas plantações, produções e o bem viver local. Conscientizar as crianças e jovens é essencial, pois tendo conhecimento sobre o assunto irão de algum modo construir, reivindicar e apoiar ações de justiça climática em seus territórios.

CONHEÇA!

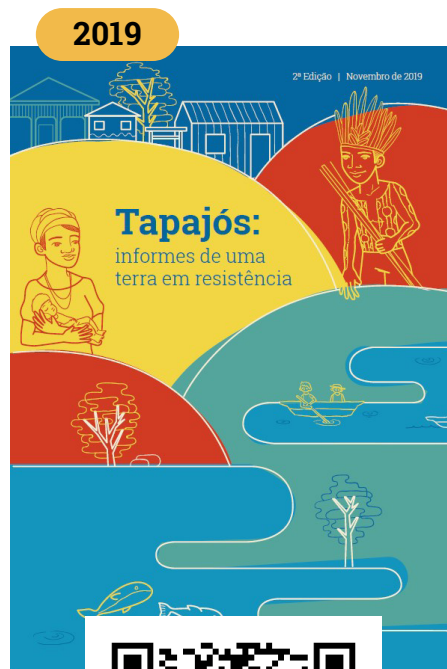


O coletivo Guardiões do Bem Viver é formado por jovens moradores do PAE Lago Grande, em Santarém, que se mobilizam e lutam pelo seu território.
[@guardioesdobemviver](https://www.instagram.com/guardioesdobemviver)



Tapajós de Fato é um veículo de comunicação popular, alternativo e independente, com atuação na região oeste do Pará. tapajosdefato.com.br
[@tapajosdefato](https://www.instagram.com/tapajosdefato)

LEIA AS EDIÇÕES ANTERIORES:





Terra de
Direitos

APOIO:

MISEREOR
• IHR HILFSWERK

    terradedireitos

 terradedireitos.com.br